

A EXCLUSÃO DE FAMÍLIAS CONVIVENTES SECUNDÁRIAS NA AVALIAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Ana Luísa Lacerda, Diogo dos Santos Teodoro, Luiz Antônio Feliciano

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação – FCSAC
Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911, 12244-000 – São José dos
Campos - SP
analuisalacerda@uol.com.br, d.teod@ymail.com, luizfu@univap.br

Resumo: No mais recente estudo do cálculo do déficit habitacional da cidade de São José dos Campos, realizado pelo Núcleo de Estudos Populacional (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Prefeitura Municipal, em 2003, a condição de coabitação familiar foi excluída como um indicador direto de criação de novas moradias no município. Este trabalho, ao comparar metodologias de diversos institutos de cálculo de déficit habitacional, encontra diferenças significativas em seus resultados. Assim, sugere-se o papel esclarecedor que a Universidade pode ter ao desenvolver pesquisas direcionadas para o comportamento das famílias conviventes em São José dos Campos.

Palavras-chave: habitação; déficit habitacional; política habitacional

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

As discussões e reflexões sobre as metodologias e parâmetros aplicados em estudos estatísticos são fundamentais para a adesão e credibilidade de seus resultados. Segundo Simon Schwartzman, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “as informações estatísticas identificam problemas, definem identidades e condicionam a ação de governos, sindicatos e outros setores organizados”.

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos solicitou, em 2003, ao NEPO da Unicamp um estudo sobre as necessidades de moradias da cidade. O objetivo era obter um diagnóstico atualizado e apurado a fim de subsidiar a definição de políticas públicas habitacionais a curto e médio prazo.

As escolhas dos parâmetros estatísticos e a construção de índices para a realização desse estudo foram definidas entre os pesquisadores da Unicamp, membros da equipe da Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente de São José dos Campos, e por representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

E é sobre estas escolhas, a inclusão de determinados índices e a exclusão de

outros, que serão tratados neste trabalho, levando em consideração o que a Fundação João Pinheiro (FJP, 2005), recomenda: cuidado prévio, com ampla discussão de todos os pressupostos, quando da construção de modelo de índices, uma vez que estes podem ser questionados, a qualquer momento, a partir de outros e novos paradigmas.

Metodologia

Este estudo revisa relatórios de pesquisas nacionais, estaduais e municipais sobre as carências habitacionais e as compara com o objetivo de avaliar a aplicabilidade de seus parâmetros à realidade da cidade de São José dos Campos.

Conceito de déficit habitacional

1- A Fundação João Pinheiro (FJP), de Belo Horizonte, é responsável pelos dados das necessidades habitacionais no Brasil. Em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Programa HABITAR-BRASIL/BID, e utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) define déficit habitacional, ou seja, a demanda por construção de moradias, quando:

- há necessidade de reposição de casas em função de sua precariedade (domicílios rústicos e depreciação do imóvel);

- há necessidade de incremento de estoque para os domicílios improvisados, isto é, locais construídos sem fins residenciais, mas que servem de moradia (viadutos, prédios em construção, barracas, carros);

- há ônus excessivo com aluguel, o que corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento e que dependem mais de 30% de sua renda com aluguel;

- há coabitação familiar, ou seja, quando duas ou mais pessoas, ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência – uma família secundária - que residem com outra família denominada principal, independentemente de dividirem ou não um mesmo cômodo da residência.

O argumento da Fundação João Pinheiro pela inclusão das famílias conviventes secundárias no cálculo do déficit habitacional é que: “há uma expectativa extremamente difundida entre todos os setores sociais brasileiros na busca da habitação unifamiliar, refletida no ditado popular que diz “quem casa quer casa” (FJP, 2005, pág.86)”.

2. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, calcula o déficit habitacional no estado utilizando os dados provenientes de amostragem de domicílios através da Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Define déficit habitacional (casas a serem substituídas) quando são moradias rústicas, isto é, feitas com material reutilizados.

O argumento da Fundação Seade pela exclusão das famílias conviventes no cálculo do déficit habitacional é que: “a modernização da família não significa a passagem de um modelo “extenso” para um modelo “nuclear”, mas sim o predomínio de um padrão de residências nuclear com recorrência sistemática à

ampliação, ou seja, que as famílias que coabitam não querem outras casas, elas desejam ampliar suas atuais residências para comportar mais pessoas, “pois as condições da vida da maioria da população são instáveis o suficiente para impedir que este padrão se generalize nos níveis europeus”. (SEADE/CDHU. 2001)”.

São José dos Campos e a estimativa do déficit habitacional

A pesquisa das necessidades de moradias na cidade realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas, em 2003, levantou dados relacionados ao número de famílias por domicílio; moradias com ou sem condições básicas adequadas de habitação; situação do entorno e da infraestrutura básica dos domicílios, com uma amostragem de 7.910 domicílios em todos os setores socioeconômicos do município.

A partir dessas informações, o NEPO/Unicamp escolheu como metodologia de análise dos dados uma combinação entre os conceitos utilizados pela Fundação João Pinheiro e a Fundação Seade e adicionou outros critérios para definir seus próprios parâmetros de cálculo do déficit habitacional da cidade. O NEPO/Unicamp salienta que “não foram incluídas no cálculo do déficit o total de famílias que vivem em situação de coabitação”. Os critérios são apresentados a seguir:

Tabela 1 – Parâmetros do NEPO/Unicamp e seus respectivos resultados em números de domicílios.

Parâmetros	Números domicílios
Casas construídas com material reutilizável	1290
Cômodo	510
Domicílios improvisados	458
Casas de alvenaria e/ou madeira com sanitário de uso comum a mais de um domicílio	232
Casas de alvenaria e/ou madeira sem sanitário	70
Total	2600

Fonte: NEPO/UNICAMP – Avaliação do Déficit Habitacional em SJC – 2003

No que refere a questão coabitação familiar, nota-se que o NEPO/Unicamp considerou como um dos fatores de déficit habitacional o “cômodo”, isto é, uma moradia isolada com um único cômodo habitada por mais de uma família e excluiu os demais casos de coabitação. Dessa forma, de acordo com a instituição, 2.600 moradias deveriam ser construídas em São José dos Campos para sanar o seu déficit habitacional.

Discussão e reflexão

As estatísticas sobre carências habitacionais produzem dados que são facilmente observáveis, nos centros urbanos, no que concernem as ocupações desordenadas do solo, como loteamentos clandestinos, favelas, cortiços e moradias improvisadas. Porém, menos visíveis, sócio e politicamente, são as informações referentes às moradias com adensamento excessivo de habitantes por dormitório ou onde coabitam duas ou mais famílias, localizadas em regiões onde há infraestrutura básica, em ruas asfaltadas e iluminadas.

Um estudo realizado em 2006 pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro em parceria com o IBGE fez uma pesquisa em Campos de Goytacazes, cidade com aproximadamente 400.000 habitantes, localizada na baixada fluminense, dando ênfase às famílias conviventes secundárias.

Os resultados apontaram que 36% dessas famílias não tinham intenção de constituir outro domicílio, enquanto as demais 64% das famílias pesquisadas pretendiam conquistar sua própria moradia, devendo portanto serem incluídas no cálculo do déficit habitacional daquela cidade.

A pesquisa apontou ainda que a maioria dos chefes das famílias conviventes que almejavam uma casa própria, tinham baixa escolaridade: 66% tinham apenas o ensino fundamental e destes 46% incompleto; 23% o ensino médio e apenas 11% tinham curso superior. E que a renda média destas famílias era de até três salários mínimos

em 44% dos casos; entre três e cinco salários mínimos em 34% das famílias.

Nesse sentido é importante procurar identificar, igualmente, através de pesquisas direcionadas, o comportamento das famílias conviventes em São José dos Campos. Avaliar até que ponto estas famílias optam pela coabitação ou assim vivem por falta de oportunidade material-financeira ou por deficiência na política social habitacional da cidade.

A pesquisa que fundamentou o estudo das carências habitacionais de São José dos Campos apontou que o número total de domicílios na cidade era 145.218 em 2003, de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 2 – Número de domicílios em SJC

Número de famílias por domicílio	Número de domicílios em 2003
1	130.752
2	13.099
3	1.273
4	94
Total de domicílios	145.218

Fonte: NEPO/UNICAMP – Avaliação do Déficit Habitacional em SJC – 2003

A metodologia elaborada pelo NEPO/Unicamp para avaliar os números da pesquisa não incluiu famílias que vivem em condição de coabitação. No entanto, a multiplicação desses domicílios pelos seus respectivos números de famílias coabitantes resultaria nos dados da tabela abaixo:

Tabela 3 – Número de famílias em SJC

Número de famílias por domicílio	Número de famílias em 2003
1	130.752
2	26.198
3	3.819
4	376
Total de famílias	161.145

A diferença do número de famílias e do número de domicílios indica a quantidade de famílias conviventes em São José dos Campos. Pelas convicções da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional por coabitação familiar na cidade seria de 15.927 domicílios. Por outro lado, pela Fundação Seade, nenhuma dessas famílias configuraria um déficit.

Uma projeção das porcentagens encontradas pelo estudo da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro sobre os números de famílias em situação de coabitação em São José dos Campos indicaria a construção de 10.193 moradias.

Considerações finais

Um maior conhecimento e uma maior visibilidade do déficit habitacional estão condicionados ao papel e a atuação fundamental da Universidade e de seus centros de pesquisas que podem, como preconiza a urbanista Ermínia Maricato evidenciar a “cidade real” e iluminar sua face oculta. Este esclarecimento pode evitar armadilhas de marketing e de urbanismo fashion que tendem a influenciar os mais diversos setores da sociedade no que tange a representação ideológica da cidade. (MARICATO, 2001, pg. 70).

Referências

ALVES, José Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Déficit Habitacional, Famílias Conviventes e Condições de Moradia. ABEP. NEPO/Unicamp, 2005

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil: Municípios selecionados e Microrregiões Geográficas. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Belo Horizonte: 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes/publicado>. Acesso em 21 mai. 2008

FUNDAÇÃO SEADE. Pesquisa Condições de Vida, 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/index.php>. Acesso em: 25 mai. 2008

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões; COSTA, Olavo Viana. A Carência Habitacional e Déficit de Moradias: questões metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.1, p.73-84, 2001.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Pesquisa de Instrumentação do Planejamento Urbano e Avaliação do Déficit Habitacional em São José dos Campos. Relatório Final. NEPO/PMSJC. 2003.

SCHWARTZMAN, Simon.

Informações Estatísticas e Justiça Social, 1995. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/confe> st1. Acesso em 02 jun.2008